

Exame de Direito Romano – Turma Noite

ÉPOCA DE RECURSO

6 de Abril de 2021

GRELHA DE CORRECÇÃO

Responda, fundamentadamente, a quatro (4) dos seguintes temas:

1. Os *comitia* romanos são os órgãos legitimadores da actividade dos magistrados no período da república.

Referir os diversos tipos de comitia romanos: comitia curiata, comitia centuriata, comitia tributa e concilia plebis. Enunciar as características e funções de cada um. Relativamente aos comitia centuriata explicar a sua intervenção na eleição e fiscalização da actividade dos magistrados no período republicano.

2. O Senado romano como garante da tradição romana e fiscalizador da produção legislativa no período da República.

*R. Referir a constituição e função do Senado ao longo da história de Roma. Explicar a intervenção no processo legislativo das *leges rogatae* e a concessão da *auctoritas patrum*. Deve ser explicada a *auctoritas patrum* e a importância da *Lex Publilia Philonis*. Referir a evolução dos *senatusconsulta* e dos poderes legislativos do Senado.*

3. Explique, atendendo aos diferentes momentos cronológicos, a função do pretor no processo de resolução de litígios em Roma.

*R. Referir a criação da pretura com as *Leges Liciniae Sextiae*. Caracterizar a atividade do pretor e as suas principais funções. Explicar o processo judicial romano, enunciando e explicando as duas fases – fase *in iure* e a fase *apud iudicem*. Explicar o sistema de *legis actiones* e de *legis per formulas* (relevância da *Lex Aebutia de Formulis*). Referir a criação e função do pretor peregrino.*

4. A *iurisprudentia* como a fonte criadora de um *ius civile* baseado na justiça.

R. Características da *iurisprudentia*, aplicação e evolução na República. As funções do *Iurisprudente* (*cavere, agere e respondere*). A *interpretatio prudentium* como elemento determinante da experiência jurídica romana anterior ao principado. A *iurisprudentia* baseada na *auctoritas*. A independência do jurisprudente; a *iurisprudentia* como *ars boni et aequi* e como *iusti atque iniusti scientia*; os *tripraecepta iuris*; a relevância dos conceitos em questão para a criação do *ius*, baseado na justiça do caso concreto. Pode ser referida a evolução para o *ius publice respondendi*,

5. O *Edictum Perpetuum* de Adriano e o ocaso da criação jurídica do pretor.

R Referir o conceito de *edictum*. A relevância do *Edictum Perpetuum* no quadro da acção jurídica de Adriano; o processo de elaboração do *Edictum Perpetuum*; consequências: limitação da *iurisdictio* do pretor e a consolidação do poder do *princeps*.

6. A *oratio principis* e o desenvolvimento do poder legislativo do *Príncipe*.

R. As funções do Senado no período do Principado. A evolução do valor do *senatusconsultum* enquanto fonte do Direito Romano – *senatusconsultum* e *lex*; *senatusconsultum* e *oratio principis*; comentário crítico do texto. A relação entre a *oratio principis* e o desenvolvimento do papel do Príncipe.

Duração: 90 minutos

Cotações: 5 valores cada questão